



II CONF JDS CAMPINAS 2023

II CONFERÊNCIA JUVENTUDES PARA
O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

CARTA RECOMENDATÓRIA

CAMPINAS, AGOSTO DE 2023



Contribuidores:

Equipe Organizadora da II Conf. JDS
Campinas 2023

Co-realizadores:



HESAC-JDS



Patrocinadora:



Apoio:



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	2
Do que se trata e como foi feita esta carta?	3
BREVE RESUMO DA TRAJETÓRIA 2022 - 2023	3
OS 3 EIXOS + 1 EIXO PRIORITÁRIOS: conceitos	5
Ação para o Empoderamento Climático (ACE)	5
Emprego Verde e Empreendedorismo Sustentável	6
Cooperação para ODS nas Cidades	7
Gestão de Resíduos Sólidos	8
OS 4 EIXOS PRIORITÁRIOS: Desafios e Recomendações	9
AÇÃO PARA O EMPODERAMENTO CLIMÁTICO (ACE)	9
3 DESAFIOS PRIORITÁRIOS	9
RECOMENDAÇÕES	10
EMPREGO VERDE E EMPREENDEDORISMO SUSTENTÁVEL	13
3 DESAFIOS PRIORITÁRIOS	13
RECOMENDAÇÕES	14
COOPERAÇÃO PARA ODS NAS CIDADES	15
3 DESAFIOS PRIORITÁRIOS	15
RECOMENDAÇÕES	16
GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	18
3 DESAFIOS PRIORITÁRIOS	18
RECOMENDAÇÕES	19

INTRODUÇÃO

A mudança climática, intensificada pelas atividades humanas, é o maior desafio global da atualidade, ameaçando o bem-estar e o funcionamento dos nossos ecossistemas e sociedades. Se não respondermos a esta emergência socioambiental através da ação global conjunta, não vamos garantir uma realidade justa e sustentável. A evidência científica é certeira em alertar sobre isso, como aponta o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) em 2022.

Mesmo com todas as políticas climáticas adotadas hoje, o mundo está no caminho para o aumento de 2,8°C até o final deste século, segundo o relatório de 2022 da ONU (UNEP, 2022). Isso é muito além do 1,5° acordado em Paris, considerado o limite para evitar o pior impacto dos estragos, que já estamos causando no ecossistema.

Por outro lado, questões sociais como pobreza, fome, desigualdade e injustiça social também devem ser solucionadas com rapidez, já que os efeitos catastróficos das mudanças climáticas, que atingem as comunidades mais vulneráveis, agravam tais problemas ainda mais.

Um guia e metas para solucionar? Já temos! O mais conhecido deles é o Acordo de Paris, que estabelece a meta global de limitar o aquecimento global a 1.5°C, e para isso, é necessário reduzir até 2030 pela metade a emissão anual de gases de efeito estufa (como CO2 e gás metano). Além do mais, o relatório do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), diz que este processo de transição deve ocorrer de forma justa e equitativa, visando construir uma sociedade mais sustentável, com base nos 17 pilares da Agenda 2030 das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, mais conhecido como ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável).

E diante de tantos desafios, a comunidade científica parece estar alinhada em dizer que nenhum ator sozinho (o governo, ou a sociedade civil, ou empresas) conseguirá responder com eficiência a complexidade das demandas, o que coloca as pessoas atuantes em todos os níveis, seja no nível global, seja no nacional, seja nas cidades, em uma situação de parceria, colaboração e governança participativa obrigatória, um pré-requisito para salvar o mundo.

Os jovens sentirão na pele os efeitos dos problemas não causados por eles. Entretanto, também são agentes de mudança e ótimos formadores de elo entre diferentes grupos da sociedade. Estes jovens precisam ser empoderados (por meio de educação, oportunidades, treinamento, acesso à informação etc.), e incluídos na tomada de decisões em prol de unir empresas, autoridades públicas, escolas e universidades, sociedade civil, mídias e indivíduos para *juntos* implementar as transformações no nível local!

Do que se trata e como foi feita esta carta?

A carta foi resultado de todo processo da II Conferência Juventudes para o Desenvolvimento Sustentável Campinas 2023, co-realizados pelo HESAC, Hub Estudantil para Sustentabilidade e Ação Climática (executiva) e a Ozipa Criativa (administrativa), como também representa a continuação da I Conferência piloto da JDS Campinas 2022, realizada pela HESAC.

A JDS é uma iniciativa criada por Yusuke Sakai durante um programa da UN SDSN-Youth (Rede de Soluções para o Desenvolvimento Sustentável Jovem da ONU) em 2022, e tem como missão de *co-criar ambientes para acelerar a cooperação, sinergia e engajamento entre diferentes partes para contribuir na transição à realidade de baixo carbono e sustentável (social, ambiental e economicamente)*, se inspirando e baseando suas ações nos 17 ODS da Agenda 2030, sem filiação partidária e de forma voluntária.

As 3 áreas temáticas trazidas nesta carta foram compreendidas como prioritárias pelas pesquisas do Grupo de Trabalho da HESAC em 2022 e das discussões no mesmo ano, com a participação de 162 pessoas. Tal discussão foi resumida na Carta-recomendatória de 2022 e atualizada na JDS de 2023, envolvendo 209 pessoas. As 3 áreas temáticas são: Ação para o Empoderamento Climático, Emprego verde e empreendedorismo sustentável e Cooperação para os ODS nas cidades.

BREVE RESUMO DA TRAJETÓRIA 2022 - 2023

Mar./2022	- Pesquisa das agendas globais, leis nacionais e municipais;
~	- Mapeamento dos stakeholders, colheita de feedbacks para
Ago./2022	decisão das 3 áreas temáticas prioritárias;
	- Criação da JDS e organização do Grupo de Trabalho do HESAC
Out./2022	- 5 Esquentas ¹ (pré-discussões) online, na Facamp, dois em PUC-Campinas e no Satélite Íris
~	- 4 Mesas-redondas ² (Novembro)
Nov./2022	

¹ "Esquentas", eventos gratuitos em estilo de oficina, em que levamos o espaço de discussão para diferentes comunidades com a participação espaços de jovens de Campinas, com o intuito de sensibilizá-los e buscar atentá-los às suas realidades locais, para que fosse mobilizado um pré-debate sobre as temáticas da conferência para colher demandas e soluções.

² Em "Mesas Redondas" sobre as 3 temáticas, online e gratuitas, ocorreram discussões entre convidados de diferentes setores sobre os desafios e oportunidades globais, da Região Metropolitana de Campinas.

- | | |
|--|--|
| <p>Fev./2023</p> <p>~</p> <p>Set./2023</p> <p>Ago./2023</p> | <ul style="list-style-type: none">- I Conferência JDS Campinas 2022 online
- Formação da Nova Equipe Organizadora da JDS 2023- Colheita de Feedbacks com e preparação da Conf. JDS 2023
- 6 Esquentas (pré-discussões) no Satélite Íris, Câmara de Vereadores de Campinas, Unicamp, Câmara de Vereadores de Paulínia- 4 Mesas-redondas³- II Conferência JDS Campinas 2023⁴ presencial |
|--|--|

Dessa forma, esta carta é uma de conclusão das discussões promovidas ao longo dos pré-eventos, os chamados Esquentas, e durante as conferências, extraíndo considerações, pontos importantes, desafios e oportunidades em cada temática abordada.

Ela destina-se principalmente ao poder público e a todos os tomadores de decisão, mas destina-se também a todas as pessoas, incluindo a sociedade civil, setor privado, terceiro setor e etc., da Região Metropolitana de Campinas, para que todos possam trabalhar em cooperação e parceria e juntos para implementar a Agenda 2030, as metas de redução das agendas climáticas e a esta carta.

Por fim, espera-se que esta carta possa informar, conscientizar e recomendar ações necessárias a serem tomadas no âmbito das mudanças climáticas e do desenvolvimento sustentável na Região Metropolitana de Campinas, bem como representar mais um dos esforços desempenhados por jovens globalmente nestas temáticas.

Nosso espírito: reconhecer e dar visibilidade aos esforços e trabalho de cada ator, resgatar e reforçar a complementaridade, alinhamento e cooperação, para que possamos escalar as iniciativas, atuar em todas as oportunidades e juntos dar mais um passo à frente na direção da sustentabilidade.

³ Em "Mesas Redondas" sobre as 3 temáticas, online e gratuitas, ocorreram discussões entre convidados de diferentes setores sobre os desafios e oportunidades globais, mas também da Região Metropolitana de Campinas.

⁴ As conferências Juventudes para o Desenvolvimento Sustentável Campinas foram gratuitas e reuniram jovens e representantes de entidades, com palestras e sessões de discussão, levantando os desafios das juventudes, as iniciativas existentes e recomendações sobre possíveis soluções.

Todas as gravações da JDS foram registradas no canal do HESAC pelo YouTube com tradução em libras. Isso só foi possível, graças ao interesse por esta nobre causa e confiança que houve da parte da Fundação FEAC nesta proposta, e que conseguiu nos custear com um financiamento.

OS 3 EIXOS + 1 EIXO PRIORITÁRIOS: conceitos

Ação para o Empoderamento Climático (ACE)

A participação pública e a governança participativa são um pré-requisito para responder com eficiência toda complexidade dos desafios socioambientais trazidos pelas mudanças climáticas, principalmente no nível municipal. Por outro lado, a participação dos jovens nas tomadas de decisões que os afetam é um direito (Farthing *apud* UNDP, 2022, p.16) também ressaltado no Estatuto da Juventude. Todavia, não é somente abrir espaços aos jovens, é necessário educar, sensibilizar, acessibilizar informações públicas, treinar para que a participação pública seja eficiente.

Dentro deste contexto, os países, entre eles o Brasil, entraram em consenso em 1992, na Convenção Quadro do Clima sobre Mudanças Climáticas (artigos 4 e 6) e também no Acordo de Paris (art. 12), a importância e a implementação dos 6 eixos: Educação Climática, Formação, Sensibilização, Acesso à Informação Pública, Participação Pública e Cooperação Internacional para avançar na ação climática, tais 6 eixos que ficaram conhecidas como Ação para Empoderamento Climático (ACE).

- **Educação Climática:** Conhecer as causas e consequências das mudanças climáticas por meio da educação nas escolas e da educação informal e em cursos e projetos sociais. O objetivo é capacitar os jovens a tomar decisões informadas e adotar medidas apropriadas para enfrentar as mudanças climáticas [ação ao longo termo].
Educação climática: Inclui também uma educação crítica sobre as mudanças climáticas, cidadã e aprendizados para desenvolvimento de iniciativas e participação política, indo além da **educação ambiental**, que estuda sobre o ambiente equilibrado e na esfera biogeoquímica.
- **Sensibilização:** Alcançar, inspirar e envolver comunidades para informar sobre as mudanças climáticas e incentivar a implementação de políticas climáticas nacionais e globais. Buscamos disseminar habilidades práticas que possam promover o engajamento comunitário, a criatividade e o conhecimento para buscar soluções climáticas.
- **Formação:** Competências técnicas e práticas. Conhecimentos avançados necessários para apoiar a transição para economias verdes. Sociedades sustentáveis e resistentes ao clima. Ex: b-formação/reciclagem: no setor público, privado, empresas, etc. / formação de professores, técnicos, concepção de projetos de ação climática em comunidades [desenvolvimento de competências curto prazo]

- **Acesso público à informação:** Disponibilizar gratuitamente as informações sobre mudanças climáticas como: dados, modelagem e fontes de informação para ação climática. Isso é crucial para desenvolver e implementar políticas eficazes, além de envolver ativamente as pessoas na implementação dessas políticas.
- **Participação Pública:** Garantir que as pessoas tenham voz significativa e acesso à tomada de decisões. Isso inclui envolver todas as partes interessadas no processo de tomada de decisões e implementação de ações de mitigação (ações que diminuem a degradação ambiental) e adaptação climática.
- **Cooperação Internacional:** Promover a cooperação entre governos e organizações, compartilhando recursos, tecnologia, melhores práticas, financiamento, ideias e inspirações. Buscamos fortalecer a perspectiva coletiva, incentivando esforços conjuntos e trocas de conhecimento.

Emprego Verde e Empreendedorismo Sustentável

Os jovens são os mais afetados pelo desemprego do que a média geral da população desde 2016, pelo menos dois em cada dez jovens de 18 a 24 anos procuram, mas não encontram uma vaga de trabalho (G1, 2022). Por outro lado, a empregabilidade, com trabalho decente e alinhado ao desenvolvimento sustentável, é comum tanto na Agenda 2030 (ODS-8), assim como no Estatuto da Juventude, Seção III - Do Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda (Brasil, 2013).

Num espectro maior, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) ressalta que a transição para a economia verde irá causar, inevitavelmente, a destruição de alguns empregos, mas, ao mesmo tempo, a criação de novos empregos. Estima-se a criação potencial de cerca de 100 milhões de novos empregos até 2030, uma criação líquida de 25 milhões de empregos. Portanto, é essencial preparar os jovens para isso, apoiando as transições profissionais (OIT, 2022, p. III). Ademais, o empreendedorismo sustentável é chave para que os jovens possam atuar na redução das problemáticas socioambientais e se manterem economicamente, além de mobilizar a economia mais verde, circulando, compartilhando e cultivando novos valores e modelos de negócios, promovendo um padrão mais sustentável de produção e consumo (ODS-12).

- **Economia Verde:** uma economia verde leva à melhoria do bem-estar humano e da equidade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente os riscos ambientais e a escassez de recursos. Em sua forma mais simples, ela é caracterizada por baixas emissões de carbono, eficiência de recursos e inclusão social (PNUMA *apud* OIT, p.5)
- **Economia circular:** Organização de atividades econômicas e sociais usando modos de produção, consumo e troca baseados em design ecológico, reparo, reutilização e

reciclagem, com o objetivo de reduzir os recursos usados e os danos causados ao meio ambiente (OIT, p.30)

- **Emprego Verde:** empregos verdes são empregos decentes que contribuem para a preservação, restauração ou melhoria da qualidade do meio ambiente, como aqueles que trabalham na gestão de resíduos sólidos, de água, de energia limpa, que combatem a poluição, consultoria de empresas e comunidades, agroecologia, (OIT, p.6 e p.12)
- **Empreendedorismo verde ou sustentável:** São empreendedorismos que contribuem para "mudar" o progresso do mundo econômico, oferecendo produtos ou serviços inovadores que ajudem as pessoas a adotar um estilo de vida mais ecológico e sustentável, com a ambição dupla do impacto social e ambiental (OIT, p.34)

Cooperação para ODS nas Cidades

São muitos os eixos que requer uma transformação quando falamos de ação climática e sustentabilidade, desde combate à fome, igualdade de gênero, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, trabalho decente, redução da desigualdade, proteção da biodiversidade, transporte público, saúde, gestão de resíduos sólidos etc. Esta complexidade e a necessidade de respostas eficientes, demanda do poder público uma capacidade para envolver e trabalhar junto de forma includente com todos os atores locais, buscando novas formas de gestão e capacidade de governança (SOMEKH e CAMPOS apud ALVIM et al, 2011, p. 217).

Assim, mais do que nunca a governança e gestão participativa, reconhecidas no Estatuto da Cidade, precisam ser realmente implementadas e os jovens incluídos de forma efetiva, quantitativa e qualitativamente, nos espaços públicos de decisão com direito a voz e voto (UN-Habitat, 2015, p. 35), bem como a parceria e cooperação entre diferentes setores (incluindo público, privado, sociedade civil e instituições acadêmicas terceiro setor) para mobilizar conhecimentos, experiências, recursos financeiros, treinamentos, promovendo a implementação de soluções inovadoras e sustentáveis: ODS 11.3, 11.b e ODS 17.

- **Governança Climática Multinível:** é um processo contínuo de discussões e negociações envolvendo um grupo diverso de governos nacionais e locais, organismos internacionais, o setor privado, ONG e outros atores sociais. Seu objetivo é promover oportunidades e ações imediatas para enfrentar as mudanças climáticas. Esses processos de tomada de decisão e discussão podem ser formais ou informais, flexíveis e adaptáveis e ocorrem em vários níveis: local, nacional, regional ou internacional.

- **Stakeholder:** um conceito que vem do mundo empresarial que fala sobre grupos e pessoas interessadas na atividade/negócio. Dentro do contexto da ODS, a Agenda 2030 chama a participação de todos os países, todos os stakeholders e todas as pessoas. Assim, comprehende-se com todas as partes interessadas em promover um mundo mais sustentável⁵.
- **Parceria multi-stakeholder:** (MSP, sigla em inglês: *Multi Stakeholder Partnership*) podem ser definidos de forma vaga como acordos de colaboração voluntária entre atores privados, públicos e da sociedade civil que trabalham em prol de um bem público comum (Schäferhoff et al., 2009⁶)
- **Sinergia:** Sinergia é o trabalho conjunto de duas ou mais partes, em que o esforço combinado é maior do que a eficácia das partes individuais isoladamente. Refere-se a como duas ou mais empresas podem cooperar para produzir resultados que são melhores ou mais eficazes do que qualquer um que poderiam ter alcançado isoladamente⁷.

Gestão de Resíduos Sólidos

Ao longo das discussões nos esquentas e no dia da Conferência JDS 2023, muitas palavras e discursos sobre resíduos sólidos foram feitas. Dessa forma, a JDS resolveu por bem, ser flexível e abraçar um 4º eixo para composição desta carta, compreendendo que se trata de um tema prioritário da Região Metropolitana de Campinas.

⁵ Stakeholder Engagement. [Stakeholder engagement | Department of Economic and Social Affairs](#)

⁶ Widerberg, O., Fast, C., Rosas, M.K. et al. Multi-stakeholder partnerships for the SDGs: is the "next generation" fit for purpose?. *Int Environ Agreements* 23, 165–171 (2023). <https://doi.org/10.1007/s10784-023-09606-w>.

⁷ Indeed. What Is Synergy? (With Types, Requirements and Examples). <https://www.indeed.com/career-advice/career-development/what-is-synergy#:~:text=Synergy%20is%20the%20interaction%20of,is%20better%20than%20working%20alone>.

OS 4 EIXOS PRIORITÁRIOS: Desafios e Recomendações

Os desafios e as recomendações destinam-se principalmente ao poder público e a todos os tomadores de decisão, mas destina-se também a todas as pessoas, incluindo a sociedade civil, setor privado, terceiro setor da Região Metropolitana de Campinas, para que todos possam trabalhar em cooperação, parceria e, juntos, implementarem a Agenda 2030, as metas de redução das agendas climáticas e a esta carta.

AÇÃO PARA O EMPODERAMENTO CLIMÁTICO (ACE)

3 DESAFIOS PRIORITÁRIOS

I. DEFASAGEM DA EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL EM TODAS AS FASES DE APRENDIZAGEM, ASSIM COMO EM CAMPANHAS.

- A. Reconhecendo que há uma enorme defasagem sobre educação ambiental e educação climática nas salas de aulas das escolas, principalmente das públicas;
- B. A sustentabilidade e o meio ambiente são temas complexos, que exigem uma abordagem teórica e prática contínua e transdisciplinar. No entanto, a educação formal ainda apresenta lacunas nesse sentido, o que impede que os alunos desenvolvam um conhecimento sólido da temática e de possíveis soluções.
- C. Há desconhecimento da população em conseguir fazer conexões entre mudanças climáticas e questões do seu dia a dia como: o aumento do preço dos alimentos pela seca, além das relações entre a degradação ambiental e mudanças climáticas, questões de saúde pública, problemas sociais críticos e migrações;
- D. A crise ambiental não pode ser entendida de forma isolada das questões sociais. Ela é, na verdade, uma questão sistêmica que atravessa os âmbitos social, econômico, ambiental e cultural.

II. FALTA DE ENGAJAMENTO DA PARTICIPAÇÃO PÚBLICA NAS POLÍTICAS SOCIOAMBIENTAIS

- A. É lamentável como a falta de participação da sociedade civil, principalmente das juventudes de forma geral e juventudes periféricas dos espaços de discussões e tomadas de decisões das políticas públicas climáticos, como em audiências públicas, conselhos, planos e agendas municipais;
- B. Há uma falha nos convites à participação pública, o que gera uma percepção da população que as audiências ocorrem de forma oculta. A população não tem acesso fácil e é pouco divulgado. Além da falta de explicação sobre *como* usar tais espaços de participação. Exemplo: Manutenção do Ribeirão Anhumas em Barão Geraldo que está sem resolução e há muitas enchentes;
- C. Preocupa-se a elaboração de políticas públicas climáticas de Campinas feitas majoritariamente no âmbito do poder executivo (por decretos), sem significativa participação da população em geral, trazendo um sentimento de invisibilidade e exclusão dos cidadãos, afetados por tais decisões que não levam em consideração todas as suas necessidades e opiniões.

III. FALTA DE INCENTIVO PARA AÇÃO CLIMÁTICA NAS PERIFERIAS E ZONA RURAL

- A. Há uma enorme necessidade de conscientização da população principalmente dos bairros periféricos e rurais da nossa região com relação aos problemas ambientais recorrentes como: queimadas e disposição incorreta e queima de resíduos sólidos;
- B. Por outro lado, uma enorme carência de serviços públicos e infraestrutura pública como para gestão de resíduos sólidos, áreas verdes, educação climática de qualidade, transportes de qualidade em tais bairros mais abastados.

RECOMENDAÇÕES

- Incorporar os 6 eixos da Ação para o Empoderamento Climático;
- Formar e dar suporte (principalmente financeiro) aos educadores para que possam desempenhar com toda força o papel de articulação das disciplinas e competências para educação climática, como hortas e pomares nas escolas, ou pequenos projetos urbanos, conscientizando os alunos sobre as mudanças climáticas e os seus impactos.
- É urgente acelerar a disseminação da educação climática na educação formal e informal, com o objetivo de formar cidadãos conscientes e comprometidos com a

sustentabilidade. Essa educação deve ensinar sobre meio ambiente, mas também estimular uma visão crítica sobre mudanças climáticas, educação cidadã, participação política e desenvolvimento de projetos.

- Articular com projetos, grupos, OSCs e iniciativas já existentes para potencializar a Ação para o Empoderamento Climático. Segundo um estudo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), a educação climática é essencial para a construção de uma sociedade mais sustentável.
- Engajar os jovens, assim como toda população nos espaços de discussões, tomadas de decisões e participações, divulgando os espaços e momentos como: orçamento participativo, audiências públicas, consultas públicas, reuniões intersetoriais, fóruns entre outros, de forma mais ampla, em dias e horários mais acessíveis à população em geral, explicando o *por quê* e *como* essas pessoas podem contribuir significativamente;
- Aumentar a conscientização sobre qualidade de vida e saúde de forma alinhada, conectada às questões socioambientais e sustentáveis, através da divulgação de ações e a necessidade de enxergar que o consumo de medicamentos não é caminho para resolver a saúde. O bem estar e a saúde vem de alimentos orgânicos, consumo consciente, criação de vínculos e terapias;
- Reforçar a união das entidades responsáveis pelas escolas, tanto municipais quanto estaduais, por meio da união de secretarias de educação para acelerar atividades relacionadas à sustentabilidade dentro e fora das escolas, bem como na mudança da mentalidade dos jovens estudantes;

Além disso, recomendamos principalmente:

O Setor Público:

- Mobilizar a população, divulgando e reforçando convites à participação nas audiências públicas;
- Dar maior conhecimento e mobilizar ativamente para pedir “feedback” sobre os planos municipais sobre educação ambiental e semelhantes;
- Formação e suporte de professores e profissionais da escola para executarem ações contínuas de educação ambiental e climática;
- Maior articulação das pastas da educação pública e do meio ambiente para maior transversalidade, promovendo diálogo entre diferentes áreas, para execução de projetos de educação ambiental e climática em escolas, assim como com outras pastas do nosso município;

Academia:

- Deve-se aproximar mais das comunidades indígenas e da sociedade civil, buscando acessibilizar a produção de conhecimentos;

Setor privado:

- Buscar fornecer apoio financeiro para acelerar a educação climática e projetos para o empoderamento climático.

O Terceiro setor:

- Desenvolver e melhorar a integração entre si de projetos e ações de educação ambiental que promovam ações didáticas para engajar ideias para tornar possível o acesso à periferia a tais projetos como por exemplo: bibliotecas e hortas comunitárias.

EMPREGO VERDE E EMPREENDEDORISMO SUSTENTÁVEL

3 DESAFIOS PRIORITÁRIOS

I. NECESSIDADE DA PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEL E UMA ECONOMIA CIRCULAR E VERDE

- A. O padrão de consumo e a produção insustentável é uma das maiores causas da degradação ambiental, a perda de biodiversidade e as mudanças climáticas.
- B. A economia circular e verde ainda é incipiente no Brasil e na RMC⁸, devido à falta de conhecimento e estrutura.

II. NECESSIDADE DE MUDANÇA DO VALOR NA ECONOMIA E CULTURA

- A. É urgente a mudança do valor e da cultura de modelos de negócios e empreendedorismo para aqueles que partem da necessidade de solucionar os desafios do desenvolvimento sustentável, com foco na sustentabilidade, e que incorporem a CSR (Responsabilidade Social Corporativa) e a ESG (Governança ambiental, social), sem *greenwashing*.

III. NECESSIDADE DE CRIAR TRABALHO DECENTE E VERDE

- A. Não há incentivo para a juventude na preparação para o mercado de trabalho para a inserção em empregos verdes nem mesmo para a criação de empreendimentos sustentáveis. Há, muito menos, a preparação e difusão de competências e habilidades para a juventude atuar nessas áreas;
- B. Os negócios tradicionais, baseados no crescimento infinito e no lucro a qualquer custo, são insustentáveis. É necessário apoiar e valorizar iniciativas que promovam a sustentabilidade, como negócio de impacto, empreendedorismo sustentável, agroecologia e ecoturismo.

RECOMENDAÇÕES

- Fomentar a criação de fundos públicos e privados para apoiar empreendimentos, programas e iniciativas que promovam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as ações climáticas, com foco na criação de empregos verdes, principalmente para meninas, mulheres e populações mais vulneráveis;
- Promoção de emprego decente e verde por meio de programas de inclusão, levando em consideração diversos marcadores sociais como geração, gênero, classe socioeconômica, etnico-racial e escolaridade;
- Realização de evento “Portas Abertas” em empresas com intuito de receber a comunidade, estimulando sonhos e futuros sustentáveis possíveis e evento como feira de profissões verdes para abrir um diálogo sobre o mercado de trabalho e o desenvolvimento sustentável;
- Promover às juventudes competências para o presente e futuro mercado de trabalho, visando o desenvolvimento necessário para ingressar em empregos verdes, empreendedorismo sustentável e na nova economia circular e verde.

Além disso, recomendamos principalmente:

Setor privado:

- É preciso mudar as prioridades. Os impactos ambientais devem ser contabilizados em todas as atividades, e os investimentos devem ser acelerados para setores que tragam bens e serviços para solucionar dilemas socioambientais, tecnologias para sustentabilidade, e soluções baseadas em natureza em novos empreendimentos.
- Negócios potenciais da região, como a rede hoteleira de Campinas, CEASA, polos tecnológicos, por exemplo, devem aderir a sustentabilidade e ofertar empregos verdes para jovens aprendizes.

COOPERAÇÃO PARA ODS⁸ NAS CIDADES

3 DESAFIOS PRIORITÁRIOS

I. FALTA DE COMPREENSÃO HOLÍSTICA E A URGÊNCIA SOBRE OS 17 ODS

- A. Alertamos a banalização do termo "sustentável", que é utilizado sem uma compreensão real de sua urgência, amplitude e profundidade;
- B. Há uma lacuna na compreensão crítica, holística e sistêmica do que é o desenvolvimento sustentável e sobre a necessidade de cooperação para acelerar a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Essa lacuna é observada tanto nas escolas quanto entre profissionais já formados.

II. FALTA DE HÁBITO, ESPAÇOS E MOMENTOS PARA DISCUSSÕES E AÇÕES CONJUNTAS PARA ODS

- A. Carência de hábito, espaços públicos e momentos que reúnam diversos atores da cidade (público, privado, academia, sociedade civil, juventude, etc.) para discussão da ODS ou Clima, e ainda menos nas áreas periféricas;
- B. Carência de espaços como bibliotecas, para interação da comunidade, para pesquisas e falar sobre seus bairros, ODS e elaborações de soluções;
- C. A marginalização de movimentos sociais que trabalham para alcançar os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), como o Movimento Sem Terra, é um obstáculo para o avanço dessas metas. Um estudo da Universidade de Cambridge mostrou que a inclusão de movimentos sociais nas discussões sobre os ODS é essencial para o sucesso dessas metas.

III. FALTA DE COMPREENSÃO SOBRE COMO OS ATORES E SETORES PODEM COLABORAR E COORDENAR ENTRE SI

- A. Desconhecimento da população geral sobre planejamento público para a implementação desses Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, sendo o

⁸ ODS = Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU

município o ator principal para conectar os objetivos que são globais para realidade local e articular a ação local concertada;

B. Lamenta a falta de hábito, de práticas de cooperação e parcerias intersetoriais para acelerar a implementação dos ODS.

RECOMENDAÇÕES

- É preciso criar e fortalecer uma governança participativa com parcerias públicos - privados - sociedades civis - academias para acelerar a implementação dos ODS e no enfrentamento das mudanças climáticas.
- A RMC deve zerar suas emissões líquidas de carbono, buscando parcerias e acordos intersetoriais para estimular a colaboração e a cooperação. Também é importante melhorar a compreensão de como cada ator pode contribuir para as atualizações dos inventários de GEE (Gases de Efeito Estufa) de 2018 e para a meta de zerar o carbono.
- Incentivar programas de criação de projetos urbanos pontuais a nível de bairros, principalmente onde há carência de infraestrutura urbana, envolvendo jovens, poder público, comunidades, instituições acadêmicas, empresas locais, integrando os ODS e planos de adaptação, mitigação e resiliência climática nos projetos, tornando sua realidade mais sustentável, mais criativa e criar senso de identidade e orgulho pela cidade;
- Compartilhar, acessibilizar e engajar os diferentes atores para implementar o Plano Diretor das cidades e o Estatuto da Cidade, que já incorporam as ideias da cidade sustentável e a implementação por meio da participação;
- Acelerar programas socioambientais que integrem as pessoas a pensarem em meios socioeconômicos ecológicos que auxiliem a mudança e induzam diretamente nas atitudes das pessoas;

Além disso, recomendamos principalmente:

O Setor Público:

- Tomar uma posição de facilitador para a cooperação entre atores das cidades para implementar a Agenda 2030.
- Incluir efetivamente os conceitos de soluções baseadas na natureza na atualização do Plano Municipal;
- Apoiar instituições existentes na cidade por meio de incentivo fiscal, para que promovam as metas da Agenda 2030, como por exemplo: eventos que promovam

educação, feira de carreiras, diálogo com movimentos sociais, campanhas de conscientização;

- Maior divulgação de canais de feedback para a prefeitura.

GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

3 DESAFIOS PRIORITÁRIOS

I. REGIÕES PERIFÉRICAS ESTÃO TOMADOS POR “LIXOS” E FALTAM INFRAESTRUTURAS

- A. Em regiões periféricas, como o Satélite Íris, os solos estão intoxicados, existem muitos resíduos sólidos espalhados nas ruas, áreas baldios, rios etc., transporte público precário;
- B. Os jovens das regiões periféricas desconhecem os espaços de discussão pública para levar essas demandas para discutir;
- C. Expressivo lamento pela tamanha diferença de infraestrutura e serviços público entre regiões periféricas e centrais, urbanos e rurais da RMC⁹.

II. AS FALHAS DA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO MUNICÍPIO

- A. A geração excessiva de resíduos sólidos e déficits na sua gestão degrada o meio ambiente.
- B. É lamentável a falta de informação e instrução sobre seleção do resíduo, sendo que a gestão de resíduos sólidos requer um esforço de todos;
- C. Campinas recicla muito menos comparado com a média do Brasil, devido a falta de informação e instrução das empresas e da população em geral;
- D. A questão da gestão do resíduo orgânico ainda é um problema na nossa região. Um bom exemplo a seguir é da cidade Lixo Zero: Florianópolis, onde por lei, é obrigatório que haja compostagem dos resíduos orgânicos.

III. DESVALORIZAÇÃO DOS TRABALHADORES NA GESTÃO DO RESÍDUO SÓLIDO

- A. Há uma desvalorização e estigmatização de trabalhadores que atuam na reciclagem de materiais, como os catadores e catadoras, e que trabalham

⁹ RMC = Região Metropolitana de Campinas

com resíduos sólidos, embora estes tenham um papel fundamental para economia circular.

RECOMENDAÇÕES

- Executar mais projetos socioambientais conjuntos (entre escolas, comunidades, poder público, serviços sociais e empresas), especialmente em bairros periféricos, como: projetos para descontaminação do solo do Satélite Íris e arborização de praças, que além de prover ensino teórico e prático, ajuda a cuidar da cidade e seus bairros;
- Ter escutas mais ativas, ouvir e melhor articular com comunidades, ações e projetos já existentes nas periferias e na RMC¹⁰, e prover maior apoio financeiro, técnico, e fornecer mais serviços públicos para acelerar uma boa gestão de resíduos sólidos e promoção de ambientes saudáveis, e empoderando os jovens e pessoas locais para sua manutenção;
- Acelerar a formalização dos profissionais envolvidos na gestão de resíduos sólidos, como catadores e recicladores, articulando e em parceria com as cooperativas já existentes na região;
- Transformar esses centros de cooperativas para promoção de educação ambiental, e prover apoio necessário para tal;
- Incentivar a criação de centros de cooperativismo em cada bairro até 2027;
- Criar uma legislação que obrigue a gestão de resíduos sólidos em condomínios por exemplo, como Florianópolis, modelo de cidade lixo 0;

Além disso, recomendamos principalmente:

O Setor Público:

- É preciso implementar mais leis que levem à obrigatoriedade da reciclagem de resíduos reciclados e a compostagem dos resíduos orgânicos;
- Repasse de informações mais clara sobre os processos de reciclagem no município, assim como instrução da população para o descarte correto;
- Impedir a criação de empresas que façam incineração de materiais;
- Implementar a gestão de resíduos sólidos de forma concreta e transparente;

¹⁰ RMC = Região Metropolitana de Campinas

O Setor privado

- Aumentar o investimento em empresas de reciclagem de materiais na região;
- Formar profissionais acerca da economia circular e reciclagem;

O Terceiro setor:

- Envolvimento de iniciativas como lixo zero na divulgação das informações;
- Cooperativas: precisam trazer os conceitos de lixo zero para toda a população de Campinas e obterem apoio para se tornarem centro de educação ambiental para a população;

Os Indivíduos:

- Incorporar os 6Rs (repensar, recusar, reduzir, reutilizar, reparar e reciclar), e reduzir em quantidade e aumentar em qualidade os seus consumos;
- Verificar as empresas da qual compram, e optar por aqueles que promovem a produção local, brechós, mercados de segunda mão, cadeia de produção mais eficiente, produtos e serviços alinhados a ODS, agroecologia e ecoturismo.

II CONF JDS

CAMPINAS 2023

II CONFERÊNCIA JUVENTUDES PARA
O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Equipe Organizadora JDS 2023

Coordenação

Yusuke Sakai | Idealizador e Coordenador Geral

Jessica Golfeto | Coordenadora Geral

Jefferson Rodrigues | Consultor sobre Engajamento Local

Alexandre Rodrigues Martins | Consultor de Projeto

Frente da Conferência

Angela Pereira Schroder | Logística e Articulação

Zilda Assis | Logística e Articulação

Larissa Sakellarios Lazzari | Metodologia da Conferência

João Vitor Reis Silva | Mobilização dos Embaixadores

Frente da Comunicação

Isabela Sanches | Gerente de Comunicação

Aaron David Paim Pavliuk | Designer Gráfico

Fernanda Gabrielle Lagoeiro | Gestão de Redes Sociais

Voluntariado

Alef José Faria Ferreira | Assistente Técnico

Felipe Miquelanti | Consultor Externo

Embaixadores JDS

Amandi Rodelli | Embaixador JDS

Carlinhos Bandola | Embaixador JDS

Edson Luis Sena Borges Filho | Embaixador JDS

Felipe Gonçalves | Embaixador da JDS

Gabriela Regis | Embaixadora JDS

Paulo Bufalo | Embaixador JDS

Samuel Ferreira Manso da Silva | Embaixador JDS



hesac.campinas@gmail.com



@hesac_campinas